

Governo reduz gastos no Orçamento de 1990

A proposta de Orçamento Geral da União para 1990 foi enviada ontem ao Congresso pelo presidente Sarney. "É um orçamento austero", afirmou o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, ao entregar ontem à tarde ao presidente do Senado, Nelson Carneiro, o projeto de lei do Executivo, que prevê receitas e despesas globais de NCz\$ 959 bilhões, a preços de hoje (NCz\$ 338,8 bilhões em maio). Na proposta, os investimentos com recursos próprios do Tesouro sofrem o maior corte, caindo 50% em relação a 1988 (veja matéria nesta página). O Orçamento vai ordenar os gastos dos primeiros nove meses e meio do governo do próximo presidente da República, que toma posse em 15 de março.

O projeto do Orçamento Geral da União traz também, para decisão do Congresso, um conflito entre os dois outros poderes constitucionais. O Poder Judiciário recusou-se a aceitar os limites de gastos propostos pelo Executivo, e este não incluiu o orçamento detalhado do Judiciário no Orçamento Geral, limitando-se a fazer sua própria previsão de gastos para a Justiça, dentro da reserva de contingência. A proposta original do Judiciário — que é 167% maior do que o limite proposto —

foi enviada à parte para apreciação do Legislativo, como anexo do projeto de lei. Foi o que determinou o Supremo Tribunal Federal (STF), que não admitiu nenhuma alteração do Executivo.

O projeto do Orçamento para 1990 obedece à Constituição promulgada em outubro do ano passado, abrangendo pela primeira vez a maior parte dos gastos do governo. Ele está dividido em três grandes partes: o orçamento fiscal, que engloba este ano os gastos com amortização e encargos da dívida, o orçamento da seguridade social, que reúne os gastos com previdência, saúde e assistência social (até este ano dispersos) e o orçamento de investimentos das empresas estatais.

Das despesas previstas no projeto, a preços de maio, NCz\$ 281,8 bilhões são do orçamento fiscal (59,16% do PIB, estimado em NCz\$ 476 bilhões) e NCz\$ 57 bilhões são do orçamento da seguridade social (11,97% do PIB). Mas, se forem abatidas das despesas do orçamento fiscal as transferências a Estados e Municípios (NCz\$ 13,7 bilhões) e o serviço da dívida (NCz\$ 218,5 bilhões), os gastos do governo com pessoal, custeio e investimentos ficam reduzidos a NCz\$ 49 bilhões.



Ministro João Batista Abreu leva proposta de Orçamento ao Congresso